

Da guerra, da política e das palavras (PARTE I)

09-Jan-2009

Tradicionalmente,

a guerra é o prosseguimento da política por outros meios. Ela é, contudo, insuficiente para explicar a estratégia do sionismo. Neste caso, a fórmula invertida é mais precisa: para Israel, a política é o prosseguimento da guerra por outros meios. Esta singularidade explica-se pelo facto de Israel, que nasceu numa época em que o mundo se virava para a descolonização, querer manter, em pleno século XXI, um sistema colonial próprio do século XIX.

Texto de Miguel Portas, Subscritor da Moção A

A política da guerra não dispensa a guerra como política. Para Telavive, ela serve para obter ganhos de causa à mesa das negociações e para se justificar a si própria. No primeiro caso, a vitória ou a derrota dependem, como ficou claro na guerra dos 33 dias, contra o Líbano, da verdade no terreno e da correlação de forças internacional. No segundo caso, a justificação é a guerra por palavras. É contra esta que o movimento de solidariedade age. Mobilizando e disputando a hegemonia nas opiniões públicas. Neste conflito, o movimento de solidariedade é mais forte no mundo de maioria muçulmana. Já na Europa e nos EUA é disputado e varia de país para país.

O nosso caso é “atípico”; com excepção da guerra dos Balcãs, da libertação de Timor-Leste e das grandes manifestações contra a guerra anunciada no Iraque, em Portugal os movimentos de solidariedade não têm suscitado paixões de massa. A esquerda tem a sua quota de responsabilidade neste défice. A formação de expressões orgânicas da solidariedade exige tempo e impregnação de cultura, bem como agilidade e inventividade. O paradoxo é que este défice coexiste com uma forte disputa de opinião nos media. Esta constatação constitui, em si mesma, uma orientação de trabalho político: mais mobilização, melhores argumentos.

Neste conflito, duas questões contam na disputa de opinião dos próximos dias:

1. Quem começou. Ao contrário do que Israel sustenta, esta guerra não começou com os rockets em 2001, nem no rompimento de uma trégua a que, aliás, faltou desde o primeiro dia – não a assinou, não reabriu as fronteiras e procedeu a execuções extra-judiciais na faixa antes dos rockets de novo terem começado a silvar. Vem de longe esta história. Quem viva, por exemplo, em Asqelon, não sabe que a sua cidade, em 1949, se chamava Al-Majdal. Mas em Jabalyia, o principal campo de refugiados do Norte de Gaza, ninguém esquece que foi daí que os seus pais e avós foram expulsos e as suas casas e bens destruídos. Lembrem-se, como se fosse hoje. A limpeza ocorreu 6 meses após o armistício de 49, já em “tempo de paz”.

2. A equidistância. É obscuro comparar a incerteza em que vivem os cidadãos de Asqelon com a insegurança dos da faixa palestiniana. A desproporção não é apenas militar – é da ordem da vida. Se um foguete marado é lançado de Gaza, a probabilidade de cair na cidade é marginal; se a atinge, a segurança toca as sirenes e as pessoas têm abrigos. Desde 2001, os foguetes fizeram

20 vítimas. A insegurança na faixa de Gaza é de outra natureza. O milhão e meio de almas que ali vive não tem sirenes nem abrigos; não tem emprego, nem conhece a hora em que um buldozzer e tanques de guerra lhe vão varrer a casa; não sabe quando é que verdadeiras bombas vão cair dos céus ou se amanhã tem electricidade. Como se não bastasse, vive na angústia. A farinha para fazer o pão pôde entrar? Terei papel para o fazer ao lume, que gás pode não haver e padarias já não há? É esta a desproporção que torna obscenas as comparações.